

"Economia vai derrapar, se demorar a solução da crise"

por Maria Christina Carvalho
de São Paulo

Uma política econômica sem grandes alterações, imobilizada pela falta de apoio político do governo Collor é o cenário considerado mais provável para os próximos meses por três economistas que participaram, domingo, do programa Crítica & Autocrítica, produzido por este jornal e pela Rede Bandeirantes de Televisão.

Apesar disso, não deixam de considerar a hipótese de uma forte aceleração da inflação. O economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados, lembrou que o relativo bom comportamento dos agentes econômicos diante da crise política está fundamentado na expectativa de que a solução será rápida. "A economia está funcionando apesar das dificuldades. As empresas reduziram custos e estão mais eficientes o que garantiu um fôlego adicional. Não há corrida para formação de estoques. No entanto, a economia pode derrapar se o timing não for o esperado", disse.

O professor da Universidade de São Paulo, Eduardo Gianetti da Fonseca, lembrando experiências do passado no governo Sarney e Figueiredo, quando o Executivo fez concessões para se manter no poder, afirmou rezear que o governo Collor "tente medidas heróicas, que detonem um processo hiperinflacionário."

Mendonça de Barros sugeriu que o governo liberasse o uso do dólar como indexador, começando pelos instrumentos financeiros. Mas sem imposições.

Todos os economistas fri-



José Roberto
Mendonça de Barros

saram que não existe apenas uma solução para os problemas econômicos brasileiros. "Os problemas econômicos não desaparecerão com o fim da crise política. É importante que ela termine logo, para então se avançar nas reformas estruturais", disse Fonseca.

Para Mendonça de Barros, a "âncora" atual da economia é a existência de uma "agenda básica" de medidas modernizantes da economia. Algumas delas já acertadas como o fim da reserva de informática, em outubro, e a abertura do sistema portuário. Faltam ainda a reforma fiscal. Mas o economista frisou que "não existe um ajuste fiscal. É necessário um conjunto de medidas para recuperar os instrumentos de política pública e resgatar o crédito do Estado".

Para Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, secretário de assuntos internacionais de São Paulo "mais importante é enfrentar o avanço democrático, discutindo as reformas do sistema eleitoral, partidário e de representatividade política".

GAZETA MERCANTIL

* 9 SET 1992